

RELATÓRIO DE GESTÃO

I - Preâmbulo

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76º da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas do Município da Golegã, referente ao ano económico de 2018.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do n.º. 2 do art.º. 25º. da citada Lei n.º. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como a instrução do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovada pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos da alínea m) art.º 51º. e do art.º. 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas, anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Antes ainda de nos debruçarmos sobre a análise das diversas informações e documentos relativos ao exercício de 2018, importa evidenciar que o referido ano se caracterizou por ser, extremamente difícil, no que à gestão diz respeito, considerando que foram encerrados, física e financeiramente, um conjunto de projectos do anterior Quadro Comunitário – QREN, com implicações diretas ao nível da tesouraria e ao prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP).

De acordo com as orientações técnicas do POCAL, a Prestação de Contas integra um conjunto de documentos, já referidos anteriormente, nomeadamente a Demonstração de Resultados que reproduz informação de todo o período do ano económico de 2018 ao nível dos resultados operacionais, financeiros, correntes e o resultado líquido do exercício, como verificaremos adiante na análise à Situação Económica.

Relativamente ao campo inferior da Demonstração de Resultados, ou seja, aos Proveitos e Ganhos, constatámos um aumento dos mesmos, influenciada pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo Social Municipal) e pela venda de Prestações de Serviços.

O Relatório de Gestão tem como finalidade complementar e disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, analisaremos de seguida as informações referentes ao exercício de 2018, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira

- c) - Evolução das dívidas a terceiros nos últimos anos, de curto, médio e longo prazo
- d) - Contabilidade de Custos
- e) - Prazo Médio de Pagamentos
- f) - Fundos Disponíveis
- g) - Participação em Entidades Societárias e Não Societárias
- h) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- i) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Orçamento

Os documentos previsionais foram elaborados no respeito pelos princípios contabilísticos, orçamentais e das regras previsionais previstas no POCAL.

O Orçamento de 2018 foi elaborado num contexto, particularmente difícil e fortemente condicionado, por diversos fatores alheios ao atual Executivo, dos quais destacamos:

A restrição financeira orçamental decorrente da enorme dimensão da dívida e dos compromissos existentes a 31/12/2017: a dívida total situava-se em 3.489.555,00€.

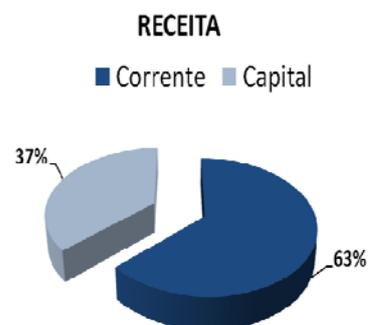
e

O desequilíbrio económico estrutural do Município, resultante dos valores negativos dos diferentes resultados dos exercícios económicos de anos anteriores, tendo-se neste ano alcançado um resultado líquido de exercício deveras satisfatório.

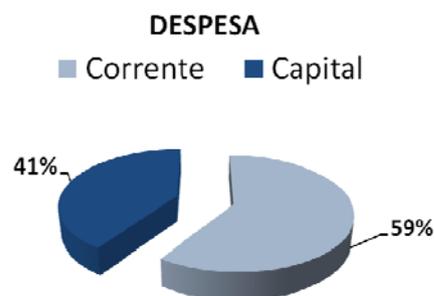
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado Líquido do Exercício	-72 742,53	-327 338,38	172 848,03	25 957,83	23 294,67	143 642,13

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018 previam os fluxos financeiros de entradas e saídas no ano em causa, quer resultantes dos compromissos e dívidas do Município existentes no final de 2017 e respetivos pagamentos, quer de novas ações e investimentos propostos, no total de 9.964.696,00€, conforme tabelas resumo das dotações iniciais.

Receitas Municipais 2018		
Designação	Dotação	%
01. Imposto Diretos	967 100,00	9,71%
02. Impostos Indiretos	47 400,00	0,48%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	655 430,00	6,58%
05. Rendimentos de Propriedade	300,00	0,00%
06. Transferências Correntes	3 617 421,00	36,30%
07. Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 007 800,00	10,11%
08. Outras Receitas Correntes	11 730,00	0,12%
Total das Receitas Correntes	6 307 181,00	63,30%
09. Venda de Bens de Investimento	42 200,00	0,42%
12. Passivos financeiros	319 700,00	3,21%
10. Transferência de Capital	3 289 035,00	33,01%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	6 580,00	0,07%
Total das Receitas de Capital	3 657 515,00	36,70%
Total da Receita	9 964 696,00	100,00%



Despesas Municipais 2018		
Designação	Dotação	%
01. Despesas com Pessoal	2 492 756,00	25,02%
02. Aquisição de Bens e Serviços	2 581 930,00	25,91%
03. Juros e outros encargos	56 610,00	0,57%
04. Transferências Correntes	689 000,00	6,91%
05. Subsídios	87 200,00	0,88%
06. Outras Despesas Correntes	15 100,00	0,15%
Total das Despesas Correntes	5 922 596,00	59,44%
07. Aquisição de Bens de Capital	3 818 760,00	38,32%
08. Transferências de Capital	48 900,00	0,49%
09. Activos Financeiros	39 300,00	0,39%
10. Passivos Financeiros	135 140,00	1,36%
Total das Despesas de Capital	4 042 100,00	40,56%
Total da Despesa	9 964 696,00	100,00%



II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

De harmonia com o previsto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório de gestão relativo ao ano de 2018, que procura ser clarificador quanto à origem das receitas e despesas do município, bem como, relativamente à sua situação económica e financeira.

No ano de 2018 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

<u>Descrição</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
<i>Correntes</i>	5.763.919,97 €	5.314.024,63 €
<i>Capital</i>	1.714.923,49 €	2.227.447,75 €
<i>Outras</i>	200,00 €	-
Total	7.479.043,46 €	7.541.472,38 €

	<u>Valores</u>
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes	449.895,34 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital	-512.524,26 €
Diferença parcial (correntes e capital)	-62.628,92 €
Outras Receitas	200,00 €
Diferença Total	-62.428,92 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2017	88.061,31 €
Saldo do Exercício de 2018	25.632,39 €

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 449.895,34€ em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 512.524,26€, verificando-se que a poupança corrente foi absorvida para fazer face às despesas de investimento.

Do diferencial negativo de 62.428,92€ somado ao valor de 88.061,31€ referente ao saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2017 resulta assim um valor positivo de 25.632,39€.

Em relação à receita total, o grau de execução no ano de 2018 foi de 83,83%, percentagem superior à verificada no ano de 2017 (71,10%). No que se refere às receitas correntes o grau de execução foi de 91,39%.

A execução da Receita de Capital esteve fortemente condicionada, pois foram estimadas receitas referentes aos fundos comunitários, que devido ao atraso do visto do Tribunal de Contas e ao início das obras, não deram entrada, como também não existiu a concretização da despesa, atingindo no final de 2018 ao valor percentual de 65,33%.

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir o aumento verificado nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos anos.

A despesa total teve um grau de execução de 83,55% em relação às previsões corrigidas, valor acima ao verificado no ano de 2017 (70,15%). Nas despesas correntes a execução foi de 84,68%.

A despesa corrente no ano de 2018 aumentou e foi superior em 164.072,67€ à registada no ano de 2017. Dos 5.314.024,63€ realizados, 2.551.281,52€ referem-se ao pagamento das despesas com pessoal, representando cerca de 34% da despesa e à aquisição de bens e serviços, representando cerca de 28,22% em relação ao total geral da despesa.

O peso das despesas de capital aumentou em cerca de 64,05% em relação ao ano de 2017, motivado pelo aumento de 869.702,86€ do investimento realizado (110%) - aquisição de bens de capital, tendo contribuído para este cenário o valor das obras participadas e as reparações das ETAR'S.

Por conseguinte, o total da despesa realizada teve um aumento de 1.033.775,53€, equivalente a 15,89%.

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos os mapas das receitas e despesas:

DESPESA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	Ano de 2018		Ano de 2017		Variação de 2017 para 2018	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.551.281,52	33,83%	2.135.572,33	32,82%	415.709,19	19,47%
02 – Aquisição de bens e serviços	2.128.218,55	28,22%	2.398.060,98	36,85%	-269.842,43	-11,25%
03 – Juros e outros encargos	38.815,74	0,51%	36.680,58	0,56%	2.135,16	5,82%
04 – Transferências correntes	474.008,80	6,29%	455.899,10	7,01%	18.109,70	3,97%
05 – Subsídios	105.825,50	1,40%	103.098,11	1,58%	2.727,39	2,65%
06 – Outras despesas correntes	15.874,52	0,21%	20.640,86	0,32%	-4.766,34	-23,09%
SOMA DESPESAS CORRENTES	5.314.024,63	70,46%	5.149.951,96	79,14%	164.072,67	3,19%
07 – Aquisição de bens de capital	1.653.503,33	21,93%	785.577,32	12,07%	867.926,01	110,48%
08 – Transferências de capital	32.610,00	0,43%	28.700,00	0,44%	3.910,00	13,62%
09 – Ativos financeiros	29.389,50	0,39%	39.186,00	0,60%	-9.796,50	—
10 – Passivos financeiros	511.944,92	6,79%	504.281,57	7,75%	7.663,35	1,52%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	2.227.447,75	29,54%	1.357.744,89	20,86%	869.702,86	64,05%
TOTAL GERAL	7.541.472,38	100,00%	6.507.696,85	100,00%	1.033.775,53	15,89%

RECEITA ORÇAMENTAL:

DESCRIÇÃO	Ano de 2018		Ano de 2017		Variação de 2017 para 2018	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	927 183,88	12,25%	935 040,96	14,18%	-7 857,08	-0,84%
02 – Impostos indiretos	26 247,24	0,35%	25 328,19	0,38%	919,05	3,63%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	543 331,10	7,18%	489 951,03	7,43%	53 380,07	10,89%
05 – Rendimentos de propriedade	0,00	0,00%	10,84	0,00%	-10,84	-100,00%
06 – Transferências correntes	3 425 214,19	45,26%	3 221 867,09	48,85%	203 347,10	6,31%
07 – Venda de bens e serviços correntes	824 604,99	10,90%	781 776,34	11,85%	42 828,65	5,48%
08 – Outras receitas correntes	17 338,57	0,23%	18 003,41	0,27%	-664,84	-3,69%
	5 763 919,97	76,17%	5 471 977,86	82,96%	291 942,11	5,34%
09 – Venda de bens de investimento	30 000,00	0,40%	125 000,00	1,90%	-95 000,00	-131,58%
10 – Transferências de capital	1 081 790,00	14,30%	446 593,83	6,77%	635 196,17	142,23%
12 – Passivos financeiros	603 133,49	7,97%	520 872,40	7,90%	82 261,09	15,79%
	1 714 923,49	22,66%	1 092 466,23	16,56%	622 457,26	56,98%
OUTRAS RECEITAS	88 261,31	1,17%	31 314,07	0,47%	56 947,24	181,86%
TOTAL GERAL	7 567 104,77	100,00%	6 595 758,16	100,00%	971 346,61	14,73%

De seguida, apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado no ano de 2018. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas tenham que ser, devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR a maior parte das restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

De referir ainda que nestes mapas poderão ser analisadas todas as ações de uma forma global, tendo em consideração o ano de 2018, bem como os anos seguintes a nível de previsão e a nível dos montantes executados a referência a anos anteriores e ao ano de 2018, apresentando os mapas dois graus de execução tanto a nível anual como a nível global.

Em Euros

Funções	GOP			PPI			AMR		
	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução
Funções Gerais:									
- Serviços Gerais de Administração Pública	299.511,31	134.713,38	44,98%	299.261,31	134.587,88	44,97%	250,00	125,50	50,20%
- Segurança, Prevenção e Proteção Civil	58.850,00	58.571,22	99,53%	0,00	0,00	0,00%	58.850,00	58.571,22	99,53%
- Higiene e Segurança Alimentar	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Funções Sociais:									
- Educação	212.470,00	111.676,32	52,56%	36.650,00	23.650,35	64,53%	175.820,00	88.025,97	50,07%
- Saúde e Ação Social	108.100,00	101.444,46	93,84%	300,00	0,00	0,00%	107.800,00	101.444,46	94,10%
- Habitação	18.945,00	16.545,02	87,33%	5.395,00	4.246,84	78,72%	13.550,00	12.298,18	90,76%
- Ordenamento do Território	29.600,00	0,00	0,00%	29.600,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
- Abastecimento de água e saneamento	228.550,00	106.127,54	46,44%	220.450,00	101.983,01	46,26%	8.100,00	4.144,53	51,17%
- Mais Cidadania e participação Cívica	69.010,00	54.891,57	79,54%	67.610,00	53.538,57	79,19%	1.400,00	1.353,00	96,64%
- Resíduos sólidos e higiene pública	272.350,00	187.810,80	68,96%	9.450,00	1.758,90	18,61%	262.900,00	186.051,90	70,77%
- Proteção do meio ambiente- Conservação da natureza	665.465,00	629.179,70	94,55%	643.145,00	609.788,59	94,81%	22.320,00	19.391,11	86,88%
- Cultura e juventude	624.785,00	599.120,66	95,89%	546.345,00	539.639,75	98,77%	78.440,00	59.480,91	75,83%
- Desporto, recreio e lazer	117.510,00	94.786,76	80,66%	68.310,00	46.207,37	67,64%	49.200,00	48.579,39	98,74%
Funções Económicas:									
- Comércio e iniciativas de apoio empresarial	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
- Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	50,00	0,00	0,00%	50,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
- Indústria e energia	15.860,00	8.368,48	52,76%	13.910,00	7.937,98	57,07%	1.950,00	430,50	22,08%
- Transportes e comunicações	133.600,00	55.429,47	41,49%	133.400,00	55.429,47	41,55%	200,00	0,00	0,00%
- Turismo - Desenvolvimento e promoção	224.470,00	186.507,34	83,09%	90.970,00	74.734,62	82,15%	133.500,00	111.772,72	83,72%
Outras Funções:									
- Transferências entre administrações	364.900,00	285.136,80	78,14%	0,00	0,00	0,00%	364.900,00	285.136,80	78,14%
TOTAL GERAL	3.444.026,31	2.630.309,52	76,37%	2.164.846,31	1.653.503,33	76,38%	1.279.180,00	976.806,19	76,36%

Após análise deste mapa, constata-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos recursos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa.

Deste mapa resumo constata-se que a execução do ano de 2018 foi de 76,37%, no entanto, em termos globais a execução foi de 83,45% (montantes executados no ano e anos anteriores).

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução anual de 76,38%, valor acima do verificado no final do ano de 2017 (15,46%). Destacando-se as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2014/430 4/2	Casa Estúdio Carlos Relvas - Execução da Obra	529.013,70 €
2014/310 1	PARU - Lagoa da Alverca do Campo - Requalificação e valorização das margens e envolvente - PORTUGAL 2020 - Regeneração Urbana	520.520,28 €
2016/10 2	Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo - PORTUGAL 2020 - Património Natural - Execução da Obra	72.645,50 €
2018/670 1	Feira Nacional do Cavalo - Feira de S. Martinho, seminários e outros Certames - Obras complementares e de conservação	56.181,25 €
2018/540	Conservação, beneficiação e reabilitação dos complexos e instalações desportivas e recreativas	43.318,91 €
2018/20 3/1	Equipamento Básico	27.798,95 €
2018/30 4	Transportes - Aquisição de viaturas e equipamento de transporte	25.143,50 €

Estes investimentos representaram cerca de 31,90% do total do PPI.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

No ano de 2018 as AMR tiveram um montante executado de 976.806,19€ que adicionado ao valor do PPI, resulta um total nas GOP de 2.630.309,52€.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2018/300	Resíduos Sólidos e Higiene Pública - RSU-Aterro Sanitário - Resitejo	186 051,90 €
2018/740	Transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho - financiamento de despesas correntes e delegação de competências	110 283,97 €
2018/760	Pombalinho - Acordo de Execução com a C.M. Santarém e a Empresa Águas de Santarém	102 720,17 €
2018/95 2	Mais natalidade- Programas de apoio à natalidade - transferências	64 639,72 €
2018/670 4	Transferências correntes para a Associação Feira Nacional do Cavalo - certames	60 000,00 €
2018/40 1	Transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã - despesas de funcionamento	56 418,72 €
2018/550	Transferências para associações e entidades desportivas, recreativas e de lazer - despesas de funcionamento	48 579,39 €
2014/550	Transferências correntes para entidades regionais e nacionais (CIMLT, ANMP, ADS, RESITEJO e outros)	38 022,66 €
2018/670 2/1	Feira Nacional do Cavalo - Feira de São Martinho - Provas Equestres, prestação de serviços e aquisição de bens	35 744,97 €
2018/750	Transferência para as Juntas de Freguesia do Concelho - financiamento de despesas de investimento e delegação de competências	32 610,00 €
2018/500	Transferência para as associações e entidades culturais - despesas correntes	31 217,85 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram, essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO

DESIGNAÇÃO		Ano de 2018		Ano de 2017		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO							
453	Outras construções e infra-estruturas	98 140,94	0,21%	98 140,94	0,22%	0,00	0,00%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	93 225,73	0,20%	91 414,39	0,20%	1 811,34	1,98%
459	Outros bens do domínio público	6 592 181,68	14,31%	6 583 764,35	14,74%	8 417,33	0,13%
445	Imobilizações em curso	9 200,00	0,02%	9 200,00	0,02%	0,00	0,00%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
431	Despesas de Instalação	238 229,63	0,52%	217 268,95	0,49%	20 960,68	9,65%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	79 371,74	0,17%	50 523,54	0,11%	28 848,20	57,10%
433	Propriedade industrial e outros direitos	2 934,28	0,01%	2 934,28	0,01%	0,00	0,00%
443	Imobilizações em curso	56 643,71	0,12%	56 643,71	0,13%	0,00	0,00%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
421	Terrenos e recursos naturais	2 624 329,46	5,70%	2 624 329,46	5,87%	0,00	0,00%
422	Edifícios e outras construções	28 045 296,27	60,86%	26 977 252,62	60,38%	1 068 043,65	3,96%
423	Equipamento básico	2 906 115,61	6,31%	2 696 798,41	6,04%	209 317,20	7,76%
424	Equipamento de transporte	553 693,96	1,20%	531 883,18	1,19%	21 810,78	4,10%
425	Ferramentas e utensílios	259 476,27	0,56%	238 246,95	0,53%	21 229,32	8,91%
426	Equipamento administrativo	1 049 552,74	2,28%	1 050 626,93	2,35%	-1 074,19	-0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 253 223,99	4,89%	2 186 918,16	4,89%	66 305,83	3,03%
442	Imobilizações em curso	752 163,97	1,63%	699 448,18	1,57%	52 715,79	7,54%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1 120,00	0,00%	1 120,00	0,00%	0,00	0,00%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
411	Partes de capital	288 905,00	0,63%	288 905,00	0,65%	0,00	0,00%
412	Obrigações e títulos de participação	176 337,00	0,38%	274 301,06	0,61%	-97 964,06	100,00%
TOTAL		46 080 141,98	100,00%	44 679 720,11	100,00%	1 400 421,87	3,13%

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 1.400.421,87€, em relação ao ano de 2017, correspondendo a uma variação positiva de mais 3,13%.

A rubrica com maior peso no total da estrutura do imobilizado é a 422 – Edifícios e Outras Construções, representando cerca de 60,86% (28.045.296,27€). Tendo contribuído para a variação positiva de 3,96% (1.068.043,65€), relativamente ao ano anterior, a passagem para o Imobilizado Corpóreo da Rua de Santo António no Pombalinho, a Reparação do Estúdio Carlos Relvas e a Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo.

A rubrica 423 – Equipamento Básico teve uma variação positiva de 7,76% (209.317,20€), que corresponde à beneficiação dos Equipamentos afetos ao Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho da Golegã.

No ano de 2018, a conta 442 – Imobilizações em Curso teve uma variação positiva de 7,54% (52.715,79€), relativamente ao ano anterior, tendo contribuído para este aumento as seguintes obras que se encontram em curso: Reabilitação das Margens da Lagoa da Alverca do Campo e da Reabilitação dos Diques do Concelho da Golegã.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2018 é o seguinte, em comparação com o ano de 2017:

Designação	Ano de 2018		Ano de 2017		Variação		
	Valores	%	Valores	%	Valor	%	
61	Custo das matérias consumidas	188 547,94	3,01%	176 328,78	2,83%	12 219,16	+6,93%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 685 296,02	26,94%	2 178 967,05	34,92%	-493 671,03	-22,66%
64	Custos com pessoal	2 586 066,25	41,34%	2 131 742,07	34,17%	454 324,18	+21,31%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	7 744,33	0,12%	219,87	0,00%	7 524,46	—
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	484 363,21	7,74%	566 803,78	9,08%	-82 440,57	-14,54%
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1 101 473,32	17,61%	1 027 864,74	16,47%	73 608,58	+7,16%
68	Custos e perdas financeiras	18 785,00	0,30%	38 434,99	0,62%	-19 649,99	-51,13%
69	Custos e perdas extraordinárias	40 236,83	0,64%	95 671,35	1,53%	-55 434,52	-57,94%
88	Resultado líquido do Exercício	143 642,13	2,30%	23 294,67	0,37%	120 347,46	+516,63%
TOTAIS		6 256 155,03	100,00%	6 239 327,30	100,00%	16 827,73	+0,27%

Os custos aumentaram em relação ao ano de 2017, cerca de 17.000,00€, representando um aumento de 0,27%.

A principal rubrica que contribuiu para este cenário foi a rubrica de Despesas com Pessoal, que representa cerca de 41,34% desta estrutura, a qual teve um aumento de 21,31% (454.324,18€) devido à entrada de 9 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos e 13 assistentes operacionais, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, do Dirigente de Direção Intermédia de 2.º Grau e de 11 assistentes operacionais através dos procedimentos concursais. Tendo contribuído este cenário para a diminuição da rubrica 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, em cerca de 23% (493.671,03€).

As Amortizações e Provisões do Exercício tiveram uma variação positiva de 7,16% (73.608,58€), contribuindo a rúbrica 4822 – Edifícios e Outras Construções, para o aumento dos custos em 2018.

Assim, o peso das amortizações e provisões do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a 1.101.473,32€, valor acima do registado no ano de 2017, devido ao valor da obra da Rua de Santo António no Pombalinho, da Reparação do Estúdio Carlos Relvas e da Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo, já se encontrarem contempladas no Imobilizado corpóreo e a serem amortizadas em 2018.

PROVEITOS

Designação	Ano de 2018		Ano de 2017		Variação	
	Valores	%	Valores	%	Valor	%
71 Venda e prestações de serviços	805 050,55	12,87%	757 633,53	12,14%	47 417,02	+6,26%
72 Impostos e taxas	1 428 693,22	22,84%	1 414 793,83	22,68%	13 899,39	+0,98%
73 Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	—
74 Transferências e subsídios obtidos	3 736 320,82	59,72%	3 636 681,39	58,29%	99 639,43	+2,74%
76 Outros proveitos e ganhos	17 338,57	0,28%	34,00	0,00%	17 304,57	+50895,79%
78 Proveitos e ganhos financeiros	962,77	0,02%	21 558,50	0,35%	-20 595,73	-95,53%
79 Proveitos e ganhos extraordinários	267 789,10	4,28%	408 626,05	6,55%	-140 836,95	-34,47%
TOTAIS	6 256 155,03	100,00%	6 239 327,30	100,00%	16 827,73	+0,27%

Na globalidade, registou-se um aumento de proveitos no valor de 16.827,73€ motivado, essencialmente pela rúbrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município depende, dado que no ano de 2018 representou cerca de 60% do total dos proveitos.

Seguindo-se a rúbrica de Impostos e Taxas, com cerca de 23% desta estrutura.

III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os indicadores de natureza orçamental apresentam uma visão global da receita e da despesa, estabelecendo relações de grandeza entre ambas. De seguida, apresenta-se a sua evolução nos últimos 4 anos.

Autonomia Financeira:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Fundos Próprios e Passivo	1046,09%	815,64%	982,75%	926,09%
Passivo Total				

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Fundos Próprios	61,22%	61,10%	63,09%	62,62%
Ativo Líquido				

Solvabilidade:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Fundos Próprios	157,89%	157,05%	170,94%	167,51%
Passivo Total				

Capacidade do Endividamento:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Fundos Próprios	93,21%	92,89%	92,40%	92,56%
Capitais permanentes				

Estrutura do Endividamento:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Dívidas a terceiros de curto prazo	5,10%	7,58%	4,98%	5,76%
Fundos Próprios e Passivo				

Grau de Dependência:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo	4,46%	4,68%	5,19%	5,04%
Activo Líquido Total				

Rácios Orçamentais:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Receita Total	99,17%	100,87%	100,16%	99,78%
Despesa Total				

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Receitas Correntes	108,47%	106,25%	102,41%	110,12%
Despesas Correntes				

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Receitas de Capital	76,99%	80,46%	88,55%	71,04%
Despesas de Capital				

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016	Ano de 2015
Despesa com o Pessoal	34,29%	32,82%	33,14%	31,60%
Despesa Total				

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma razoável estabilidade financeira, conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

Também a nível orçamental os rácios indicam uma razoável estabilidade, verificando-se que parte das receitas correntes serviu para financiar despesas de capital o que consideramos um bom registo.

Apesar da situação económica e financeira difícil, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No Município da Golegã, o limite da dívida de operações orçamentais em 2018, foi o seguinte:

Ano	Receita corrente líquida cobrada
2017	5 471 978
2016	5 549 605
2015	5 479 131
Total	16 500 714
Média da receita	5 500 238
Limite dívida operações orçamentais - 31/12/2018	8 250 357,00

De acordo com o n.º 2 do referido artigo *“A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”*.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

O limite da dívida total de operações orçamentais do Município da Golegã, para o período em análise, era o seguinte:

Data de Referência	Valor
A 31/12/2015	3 414 250,87
A 31/12/2016	3 193 258,69
A 31/12/2017	3 489 555,00
A 31/12/2018	2 846 997,00
Redução da Dívida a 31/12/2018	-642 558,00

Tendo-se verificado uma redução global da dívida, em cerca de -642.558,00€ (-18,41%), como se pode ver na tabela anterior.

Na tabela a seguir apresentada, é mencionado alguns indicadores e limite de endividamento do Município da Golegã.

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2 610 318,00 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	101 667,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	194 036,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	290 035,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2017)	785 577,32 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2017	5 471 978,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2016	5 549 605,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2015	5 479 131,00 €
- Média da receita corrente líquida	5 500 238,00 €
- Limite dívida total 2017 (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	8 250 357,00 €
- Dívida total do Município excluindo Não Orçamentais e FAM	3 031 257,00 €
- Margem disponível	5 219 100,00 €
- Utilização da margem disponível - Indicação da DGAL (Anexo)	1 799 589,00 €
- Percentagem utilizada pelo Município	36,74%
- Percentagem total disponível	63,26%
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	21,81%

V – CONTABILIDADE DE CUSTOS

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2.8.3. do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, os custos das funções e dos custos subjacente à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, é obrigatória.

Por forma a melhor a utilização dos recursos do Município, em prol da comunidade, a gestão autárquica deve efetuar uma análise dos custos do Município, de modo a obter informação que permita dar apoio à tomada de decisões pelo executivo, no que diz respeito às diversas funções.

A sua divisão por funções é feita da seguinte forma:

Em Euros

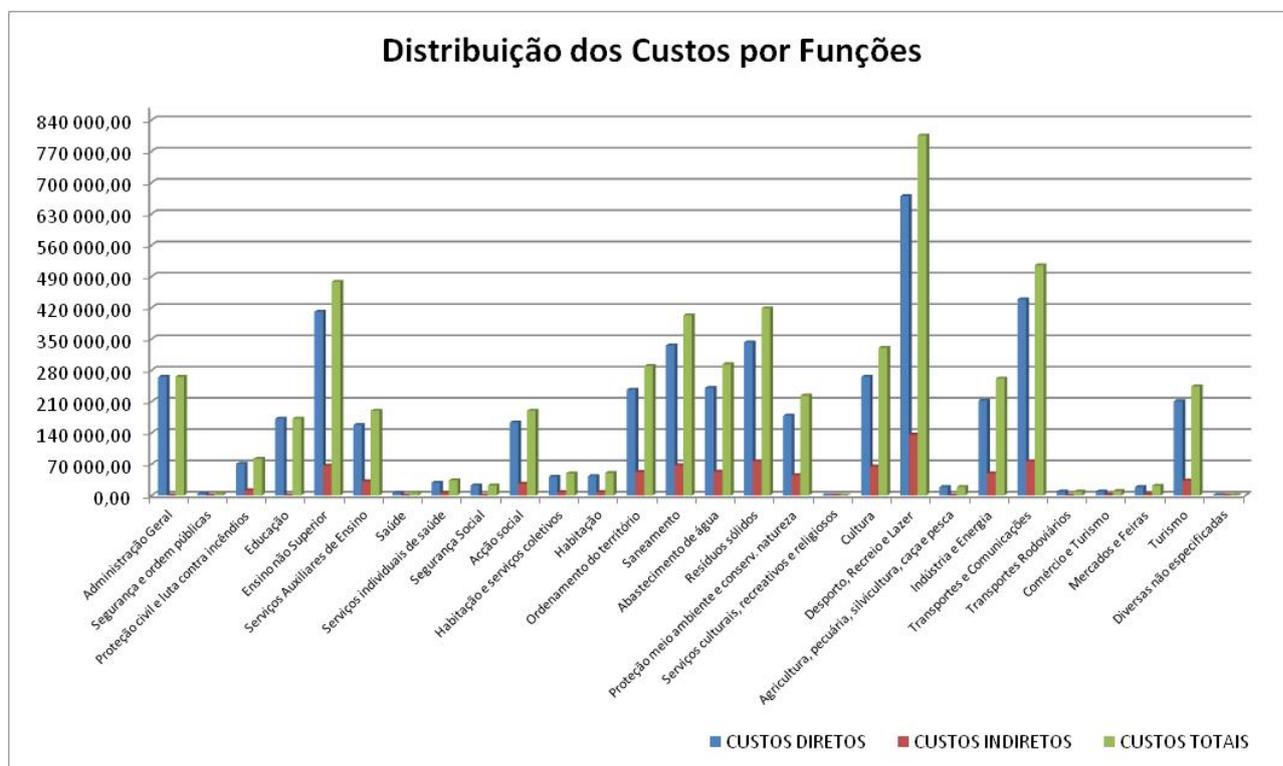
DESIGNAÇÃO	CUSTOS
Funções Gerais	351 059,38
Funções Sociais	3 953 140,06
Funções Económicas	1 079 153,82
Outras Funções	649,58
Total das Funções	5 384 002,84

Os custos apurados dentro de cada função desagregam-se da seguinte forma:

Em Euros

	CUSTOS DIRETOS	CUSTOS INDIRETOS	CUSTOS TOTAIS	%
Classificação Funcional	4 569 793,67	814 209,17	5 384 002,84	100,00%
Funções Gerais	339 874,48	11 184,90	351 059,38	6,52%
Administração Geral	265 105,89	0,00	265 105,89	4,92%
Segurança e ordem públicas	4 043,42	0,00	4 043,42	0,08%
Proteção civil e luta contra incêndios	70 725,17	11 184,90	81 910,07	1,52%
Funções Sociais	3 313 069,16	640 070,90	3 953 140,06	73,42%
Educação	171 926,02	0,00	171 926,02	3,19%
Ensino não Superior	411 200,95	66 539,86	477 740,81	8,87%
Serviços Auxiliares de Ensino	157 712,20	31 510,58	189 222,78	3,51%
Saúde	5 664,94	0,00	5 664,94	0,11%
Serviços individuais de saúde	28 160,78	5 694,94	33 855,72	0,63%
Segurança Social	22 239,66	0,00	22 239,66	0,41%
Acção social	163 043,95	26 352,87	189 396,82	3,52%
Habitação e serviços coletivos	41 744,07	7 577,73	49 321,80	0,92%
Habitação	42 952,86	7 211,39	50 164,25	0,93%
Ordenamento do território	236 655,36	52 728,28	289 383,64	5,37%
Saneamento	335 696,30	67 439,51	403 135,81	7,49%
Abastecimento de água	240 194,06	53 183,23	293 377,29	5,45%
Resíduos sólidos	342 511,57	76 165,57	418 677,14	7,78%
Proteção meio ambiente e conserv. natureza	178 385,08	45 075,89	223 460,97	4,15%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	6,67	0,00	6,67	0,00%

Cultura	265 479,66	64 734,88	330 214,54	6,13%
Desporto, Recreio e Lazer	669 495,03	135 856,17	805 351,20	14,96%
Funções Económicas	916 311,42	162 842,40	1 079 153,82	20,04%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	18 966,44	0,00	18 966,44	0,35%
Indústria e Energia	212 418,20	49 208,88	261 627,08	4,86%
Transportes e Comunicações	438 875,55	76 195,68	515 071,23	9,57%
Transportes Rodoviários	8 422,99	0,00	8 422,99	0,16%
Comércio e Turismo	8 564,24	1 254,56	9 818,80	0,18%
Mercados e Feiras	18 421,58	3 011,19	21 432,77	0,40%
Turismo	210 642,42	33 172,09	243 814,51	4,53%
Outras Funções	538,61	110,97	649,58	0,01%
Diversas não especificadas	538,61	110,97	649,58	0,01%



Após a análise do gráfico, os custos mais relevantes encontram-se nas funções abaixo, sendo que os mais elevados são referentes a despesas com pessoal, prestações de serviços, consumo de eletricidade, manutenção de instalações e amortizações.

Administração Geral – Abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente os da área administrativa e financeira, tesouraria e património.

Ensino não superior — Compreende os custos com estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário.

Ação social — Compreende os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas a beneficiários com necessidades especiais, designadamente subsídios ao arrendamento, apoio para aquisição de medicamentos, apoio a instituições de assistência e de solidariedade social e incentivo à natalidade.

Ordenamento do território — Custos com a reabilitação urbana e rural.

Saneamento — Inclui todo o sistema municipal de drenagem de águas residuais, incluindo os custos com conservação e manutenção das ETAR's e Estações Elevatórias.

Abastecimento de água — Respeita a todo o sistema de distribuição da água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade.

Resíduos sólidos — Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza — Abrange os custos com a conservação e manutenção dos espaços verdes do Município.

Cultura — Compreende os custos com a manutenção dos museus, bibliotecas, bem como com a organização ou apoio de atos culturais. Abrange, também, os subsídios a associações promotoras de cultura.

Desporto, recreio e lazer — Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange nomeadamente a construção, recuperação e conservação de infra-estruturas desportivas. Engloba ainda os apoios a associações de carácter desportivo.

Indústria e Energia — Inclui todos os custos com a iluminação pública no concelho.

Transportes e comunicações — Abrange os custos com a rede viária e com comunicações.

Turismo — Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões regionais de turismo, bem como os custos respeitantes à atividade do parque de campismo e da Feira Nacional do Cavalo.

VI - Prazo Médio de Pagamentos:

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos – PMP, consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril de 2009, no Diário da República n.º 71, 2ª série Parte C.

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e, também, mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento deste stock na vigência da Lei.

Adicionalmente a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado de 2014, inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsector da administração local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Prazo Médio de Pagamento	182	136	159	165
PMP Superior a 90 dias				

É importante referir que, o prazo médio de pagamentos acima dos 90 dias não tem interferido nas relações com os fornecedores.

De salientar, o esforço do Município da Golegã na redução da dívida em atraso aos fornecedores.

VII – Fundos Disponíveis:

Os Fundos Disponíveis apurados durante o ano de 2018, constam da tabela a seguir apresentada:

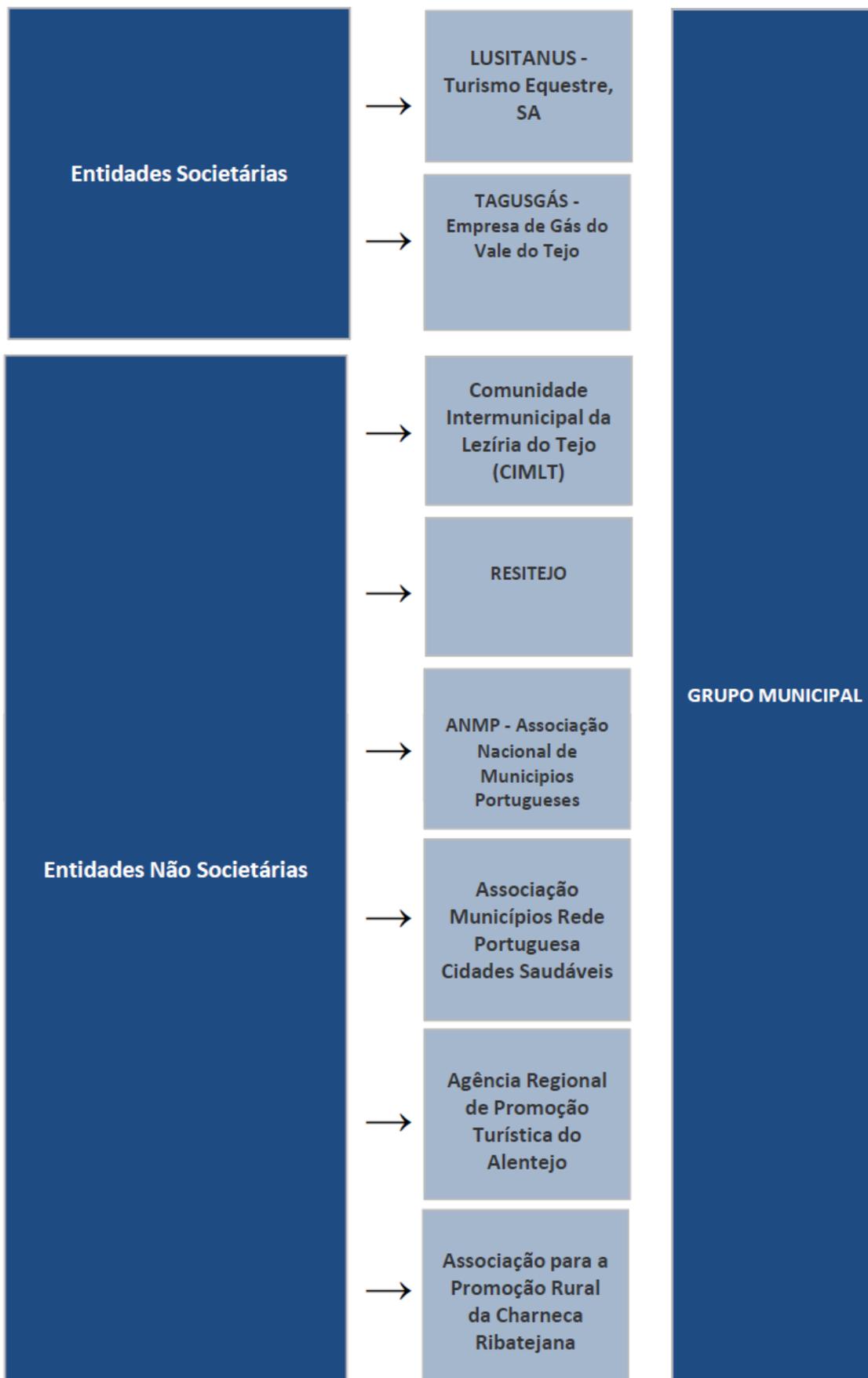
Mês	Receita	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos Assumidos por Pagar	Fundos Disponíveis
Janeiro	989 775,19	2 163 715,84	599 536,93	1 564 178,91	568 785,68
Fevereiro	430 111,42	514 278,77	738 890,77	-224 612,00	796 931,40
Março	738 464,00	176 442,01	892 457,62	-716 015,61	439 707,60
Abril	554 771,97	422 696,06	442 891,27	-20 195,21	932 134,16
Maió	834 292,06	387 154,03	430 424,18	-43 270,15	1 041 420,06
Junho	479 171,16	774 010,39	1 045 661,59	-271 651,20	1 132 898,56
Julho	528 860,21	620 228,86	461 627,90	158 600,96	1 088 197,54
Agosto	624 572,26	444 966,99	632 232,03	-187 265,04	1 273 410,89
Setembro	429 591,44	607 509,68	451 685,52	155 824,16	1 070 774,29
Outubro	534 330,94	503 837,77	512 954,90	-9 117,13	1 857 373,96
Novembro	525 294,56	705 964,94	584 029,16	121 935,78	2 121 093,28
Dezembro	655 024,98	355 787,85	749 080,51	-393 292,66	1 214 535,22
TOTAL	7 324 260,19	7 676 593,19	7 541 472,38	135 120,81	

VIII – Participação em Entidades Societárias e Não Societárias

As Entidades Societárias e Não Societárias do Município da Golegã encontram-se discriminadas na seguinte tabela:

A - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS								
Entidade	NIF	Tipo de Entidade	Enquadramento Legal	Participação no Final do Exercício		Forma de realização do capital		Observações / Enquadramento legal
				Valor nominal subscrito	%	Meio monetário (Montante)	Em espécie (Montante)	
LUSITANUS - Turismo Equestre SA	503964999	Societária	alínea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	3 062,40	34,99%	3 062,40	—	—
TAGUSGÁS	503956538	Societária	alínea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	1405,00	0,01%	1405,00	—	—

B - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - 2018								
Entidade	NIF	Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Observações / Enquadramento legal
					Em N	Forma de Realização		
						Meios Monetários	Em espécie	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	94110	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 4.306,70€. % imputação para a dívida: 0,282%
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)	508787033	Associação de Municípios	94995	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota mensal de 2.703,00€. % imputação para a dívida: 5,70%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	503914096	Associação de Municípios	38112	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 1.142,00€. % imputação para a dívida: 3,58%
Associação Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	504941569	Associação de Municípios	91333	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 351,57€. % imputação para a dívida: 0,93%
AMVT-Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Associação de Municípios	91333	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 351,57€. % imputação para a dívida: 3,72%
Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo	506829987	Associação de Municípios	94995	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 1.920,00€.
Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana	506563774	Associação de Municípios	94995	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 250,00€.



IX - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:

Descrição	2018	2017	2016	2015	Variação de 2017 para 2018		Variação de 2016 para 2017		Variação de 2015 para 2016	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Resultados Operacionais										
Custos Operacionais	6.053.491,07	6.081.926,29	5.991.217,65	5.631.646,82	-28.435,22	-0,47%	90.708,64	1,51%	359.570,83	6,38%
Proveitos Operacionais	5.987.403,16	5.809.142,75	5.817.219,72	5.772.784,55	178.260,41	3,07%	-8.076,97	-0,14%	44.435,17	0,77%
TOTAL	-66.087,91	-272.783,54	-173.997,93	141.137,73	206.695,63	-75,77%	-98.785,61	56,77%	-315.135,66	-223,28%
Resultados Financeiros										
Custos Financeiros	18.785,00	38.434,99	33.675,95	91.622,41	-19.649,99	-51,13%	4.759,04	14,13%	-57.946,46	-63,24%
Proveitos Financeiros	962,77	21.558,50	21,91	53,05	-20.595,73	-95,53%	21.536,59	98295,71%	-31,14	-58,70%
TOTAL	-17.822,23	-16.876,49	-33.654,04	-91.569,36	-945,74	5,60%	16.777,55	-49,85%	57.915,32	-63,25%
Resultados Extraordinários										
Custos Extraordinários	40.236,83	95.671,35	68.759,84	80.062,92	-55.434,52	-57,94%	26.911,51	39,14%	-11.303,08	-14,12%
Proveitos Extraordinários	267.789,10	408.626,05	302.369,64	203.342,58	-140.836,95	-34,47%	106.256,41	35,14%	99.027,06	48,70%
TOTAL	227.552,27	312.954,70	233.609,80	123.279,66	-85.402,43	-27,29%	79.344,90	33,96%	110.330,14	89,50%
Resultados Correntes										
Resultados Operacionais	-66.087,91	-272.783,54	-173.997,93	141.137,73	206.695,63	-75,77%	-98.785,61	56,77%	-315.135,66	-223,28%
Resultados Financeiros	-17.822,23	-16.876,49	-33.654,04	-91.569,36	-945,74	5,60%	16.777,55	-49,85%	57.915,32	-63,25%
TOTAL	-83.910,14	-289.660,03	-207.651,97	49.568,37	205.749,89	-71,03%	-82.008,06	39,49%	-257.220,34	-518,92%

Análise do Resultado Líquido do Exercício

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, o Executivo propõe que:

- 1- O Resultado líquido positivo do Exercício de 2018 de **143.642,13€**, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- Posteriormente, se constituam reservas legais no montante de **7.182,11€** equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício (POCAL 2.7.3.5.);
- 3- Não se efetue qualquer reforço do património previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL, em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2018 correspondia a 59,96%.

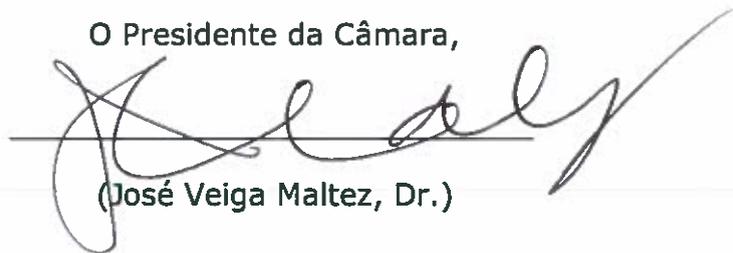
X – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2018 e, após o encerramento do exercício de 2017, verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000,00€, para fazer face aos pagamentos a fornecedores de conta corrente.

Temos a certeza que tudo fizemos para dar cumprimento às matérias em apreciação, declarando a nossa permanente disponibilidade, para prestar os esclarecimentos que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 01 de Abril de 2019.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2018

A. Dados entidade:

Área (Km2) 84.3167 População (hab.) 5508 Eleitores (n.º) 4768
Pessoal ao serviço (n.º) 148 (4.º Trimestre de 2018)

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2015	Receita Corrente Líquida 2016	Receita Corrente Líquida 2017	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.479.131	5.549.605	5.471.978	16.500.713	5.500.238

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2018 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 8.250.356,74

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8.250.357	01/01/2018						
	3.854.229	309.886	4.164.115	3.975.968		4.274.388	854.878
	31/12/2018						
	2.846.997	296.009	3.143.006	3.031.257		5.219.100	1.043.820
Variação da Dívida %							-23,76%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							1.799.589

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2018)

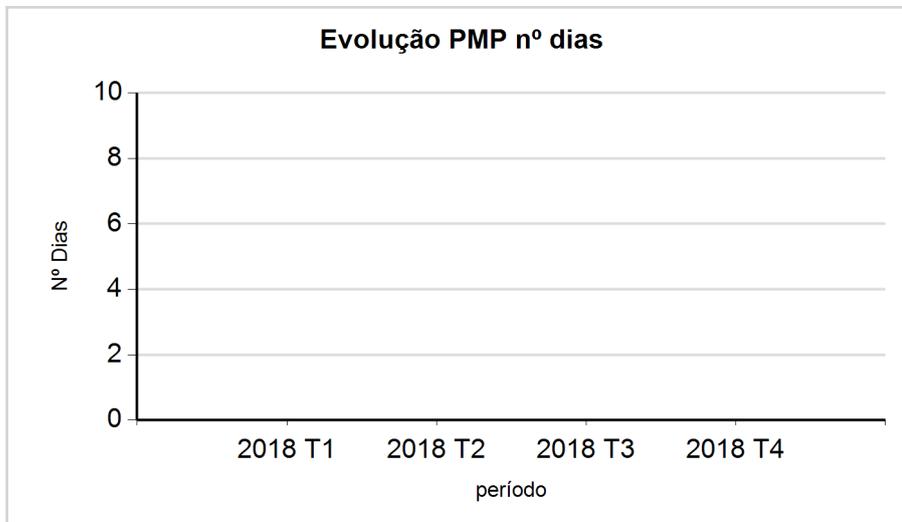
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 5.845.409 PMP 165 dias
2. Aquisição acumuladas 3.240.786
3. Último PMP publicado 157 dias (31/12/2017)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2018



F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	5.500.238	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	71,73%
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2017) <small>(período corrente)</small>	3.975.968	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	86,76%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2017) <small>(período corrente)</small>	2.329.455		

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Recuperação Financeira

Dívida total > 3 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2018

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.471.978	1.092.466	30.939	375	6.595.758	5.149.952	1.357.745	6.507.697	88.061

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	2.182.792	Variação	Valor (2 - 1)	506.899
2. Ano n	2.689.691		% (2-1)/1	23,22%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	114	Variação	Valor (2 - 1)	34
2. Ano n	148		% (2-1)/1	29,82%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim (com alguns mapas entregues depois da data limite)